

militares, tendo por base a requisição, onde serão escrituradas as reparações e consertos.

Art. 5.º Os aparelhos a que se refere o artigo 1.º e que podem ser de prótese, de correcção, de fixação, de protecção, ou terem simplesmente fins estéticos, serão, sempre que fôr necessário, construídos individualmente, isto é, adaptados às condições dos interessados, tendo em atenção as circunstâncias especiais de cada caso e observando-se as prescrições do § 3.º do artigo 2.º

Art. 6.º Os aparelhos de prótese são de trabalho, de socorro, de parada ou estéticos, provisórios ou definitivos.

Art. 7.º Todos os interessados têm direito, além do seu aparelho definitivo, a um aparelho do tipo dos aparelhos provisórios, que lhe servirá de socorro durante as reparações do primeiro.

Art. 8.º Os amputados dos membros superiores, cujo côto é ainda utilizável para o trabalho e exerçam a sua profissão anterior ou outra para que tenham sido reeducados, receberão um braço articulado, compreendendo:

- a) Um braço de trabalho com os acessórios profissionais gerais ou especiais correspondentes;
- b) Uma mão de parada com polegar articulado.

§ 1.º Os amputados, cujo côto lhes não permita trabalhar, receberão sómente um braço de parada.

§ 2.º Os amputados dos dois braços receberão os membros correspondentes nas condições indicadas neste artigo e seu § 1.º

Art. 9.º Os amputados do membro inferior têm direito:

- a) A um pilão;
- b) A uma perna articulada.

§ único. Os amputados dos dois membros inferiores que não possam ser aparelhados terão direito a um carro ou cadeira rodada.

Art. 10.º As aparelhagens provisórias serão efectuadas o mais cedo possível depois da mutilação ou lesão sofrida, sendo renovados sempre que as circunstâncias o exigam, até a aparelhagem definitiva.

§ único. A aparelhagem definitiva não se fará, em regra, antes de seis ou nove meses depois do uso do aparelho de prótese provisório, apropriado à necessária reeducação.

Art. 11.º Quando os aparelhos necessitem ser reparados, modificados ou substituídos, serão requisitados ao Depósito Geral de Material Sanitário os consertos, alterações ou substituições necessárias, procedendo-se como com qualquer outro artigo da Fazenda Nacional, indicando-se o que pretende e justificando a deterioração ou inutilização, a fim de esses consertos ou substituições serem feitos por conta do Estado ou lançados em débito aos interessados, conforme os casos.

Os aparelhos antigos devem sempre ser enviados juntamente com as indicações precisas, fornecidas pelos interessados e verificadas pela autoridade competente e por um clínico militar quando fôr julgado necessário ou conveniente.

§ 1.º Recebidos os aparelhos e as competentes requisições dos consertos, modificações ou substituições, com as informações convenientes, o Depósito Geral de Material Sanitário, fazendo-os examinar, verificará se eles exigem a presença do interessado, promovendo o que fôr necessário para a mais conveniente, cómoda e económica execução do trabalho pedido.

§ 2.º Caso tenham sobrevivendo modificações nas lesões que exigam regularização ou reeducação, o mesmo Depósito promoverá que os interessados entrem no hospital ou estabelecimento de reeducação, para os fins convenientes.

§ 3.º Os aparelhos adquiridos particularmente serão consertados nas mesmas condições do que os fornecidos pelo Depósito Geral de Material.

Art. 12.º Os aparelhos distribuídos aos militares ficam sujeitos à fiscalização das autoridades militares e administrativas sempre que fôr julgado conveniente.

Art. 13.º O capítulo do orçamento do Ministério da Guerra destinado à aquisição e conserto de material sanitário será reforçado anualmente com a verba precisa para as despesas resultantes da execução do que é preceituado por este regulamento.

Art. 14.º Fica assim alterado o que sobre o assunto prescreve o regulamento geral dos serviços de saúde do exército e revoga a legislação em contrário.

Paços do Governo da República, 19 de Novembro de 1920.—O Ministro da Guerra, *Helder Armando dos Santos Ribeiro*.

Direcção Geral dos Serviços Administrativos do Exército

2.ª Repartição

Decreto n.º 7:262

Considerando que o decreto n.º 7:088, de 4 de Novembro de 1920, acabou com a desigualdade a que se refere o decreto n.º 7:064, de 27 de Outubro do mesmo ano:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Guerra, decretar que no artigo 1.º do segundo dos mencionados decretos seja incluída a Escola de Aplicação de Administração Militar, ficando sem efeito o artigo 3.º do mesmo decreto.

O Ministro da Guerra assim o tenha entendido e faça executar.—Paços do Governo da República, 27 de Janeiro de 1921.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA—*Alvaro de Castro*.

Portaria n.º 2:588

Considerando que o n.º 11.º do artigo 40.º do regulamento da Manutenção Militar, autorizando o conselho gerente a adquirir, renovar, substituir ou consertar os maquinismos necessários para o serviço do estabelecimento, sucursais e depósitos, dispondo para esse fim das verbas orçamentais ou do seu fundo de exploração, dá ao mesmo conselho uma competência que nem o Ministro da Guerra nem o próprio Conselho de Ministros têm, visto que estas entidades não podem autorizar despesas além de determinadas verbas fixadas no regulamento da contabilidade pública, ao passo que aquele estabelecimento não tem limite para as referidas despesas;

Considerando que aquela disposição contraria os princípios gerais de administração pública;

Considerando que não há necessidade nem pode continuar a ter justificação a mesma disposição nos termos que nela se contém;

Considerando que tais factos igualmente se dão com o Depósito Central de Fardamentos, ao qual pelo decreto n.º 5:787-5 D, de 10 de Maio de 1919, foi aplicado o regulamento da Manutenção Militar na parte exequível;

Considerando que não é regular que as entidades que superintendem técnica e administrativamente nos referidos estabelecimentos não tenham conhecimento dos seus actos técnico-administrativos, ou só o venham a ter muito tardiamente e depois dos factos consumados, não passando, portanto, aquela superintendência de uma ficção;

Considerando, ainda, que a Direcção Geral dos Serviços Administrativos do Exército foi criada posteriormente à data do regulamento da Manutenção Militar e que a mesma Direcção tem necessidade e deve ter conhecimento da vida económica dos diversos estabelecimentos de administração militar, a fim de poder desempenhar-se das funções que lhe competem como dirigente dos serviços administrativos e de exercer a sua acção fiscalizadora;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Guerra, que o n.º 11.º do artigo 40.º do regu-

lamento da Manutenção Militar tenha a seguinte redacção:

11.º Proceder à aquisição, renôvo, substituição ou conserto dos maquinismos necessários para o serviço do estabelecimento, sucursais ou depósitos, quando as respectivas importâncias sejam pagas quer pelo fundo de exploração, quer pela verba para esse fim consignada no orçamento do Ministério da Guerra, mediante autorização superior solicitada por intermédio da Direcção Geral dos Serviços Administrativos do Exército.

Paços do Governo da República, 27 de Janeiro de 1921.—*Alvaro Xavier de Castro.*

Portaria n.º 2:589

Reconhecendo-se a conveniência de tornar administrativamente autónomos os grupos de metralhadoras não só porque não estão todos aquartelados em sedes de regimentos de infantaria, mas porque sendo agrupamentos importantes, comandados por oficiais superiores devem ter uma administração própria que lhes permita a melhor utilização dos seus fundos: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Guerra, que se cumpra o seguinte:

1.º Fica sem efeito a nota final do quadro n.º 28 da organização do exército de 25 de Maio de 1911.

2.º Que os grupos de metralhadoras tenham administração independente, confiada a um conselho administrativo que, em cada um dos grupos, terá a composição indicada na alínea b) do artigo 2.º do regulamento aprovado por decreto de 19 de Agosto de 1911, publicado na *Ordem do Exército* n.º 18, 1.ª série, do mesmo ano e no decreto n.º 5:401, inserto na *Ordem do Exército* n.º 12, 1.ª série, de 1919.

Paços do Governo da República, 27 de Janeiro de 1921.—O Ministro da Guerra, *Alvaro Xavier de Castro.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 7:263

Nos termos do artigo 18.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, a 4.ª Direcção Geral da Marinha, pelos Depósitos de Marinha, entregou no Banco de Portugal a quantia de 30.728\$64, proveniente de artigos de material cedidos a diversas estações oficiais.

Sendo esta importância indispensável para aquisição de material que substitua o que foi cedido, em conformidade com a alínea g) do n.º 10.º do artigo 34.º da citada carta de lei, cumpridas as formalidades da alínea a) do n.º 2.º do artigo 10.º do decreto com força de lei n.º 5:525, de 8 de Maio de 1919:

Hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros, e sob proposta do Ministro da Marinha, decretar que seja aberto no Ministério das Finanças, devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, a favor do Ministério da Marinha, um crédito especial de 30.728\$64, a fim de reforçar o capítulo 2.º, artigo 9.º, da proposta orçamental da «Despesa Ordinária» deste último Ministério, apresentada ao Congresso Nacional para o ano económico de 1920-1921.

O Conselho Superior de Finanças julgou este crédito nos termos de ser decretado.

O Presidente do Ministério e os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 27 de Janeiro de 1921.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — *Liberato Damião Ribeiro*

Pinto — Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso — Francisco Pinto da Cunha Leal — Alvaro Xavier de Castro — Júlio do Patrocínio Martins — Domingos Leite Pereira — António Joaquim Ferreira da Fonseca — António de Paiva Gomes — Augusto Pereira Nobre — José Domingues dos Santos — João Gonçalves.

Guias

N.º 31	3.485\$29
N.º 42	9.715\$49
N.º 51	2.486\$68
N.º 63	15.041\$18

Decreto n.º 7:264

Nos termos do artigo 18.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, a 3.ª Direcção Geral da Marinha, pelas suas fábricas do Arsenal da Marinha e Cordoaria Nacional, entregou ao Banco de Portugal, respectivamente, as quantias de 50.000\$ e 55.238\$50, provenientes de artigos de material cedidos a diversas estações oficiais.

Sendo estas importâncias indispensáveis para aquisição de material que substitua o que foi cedido, em conformidade com a alínea g) do n.º 10.º do artigo 34.º da citada carta de lei, cumpridas as formalidades da alínea a) do n.º 2.º do artigo 10.º do decreto com força de lei n.º 5:525, de 8 de Maio de 1919:

Hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros, e sob proposta do Ministro da Marinha, decretar que seja aberto no Ministério das Finanças, devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, a favor do Ministério da Marinha, um crédito especial de 105.238\$50, a fim de reforçar o capítulo 2.º, artigo 22.º, da proposta orçamental da despesa ordinária deste último Ministério, apresentada ao Congresso Nacional para o ano económico de 1920-1921.

O Conselho Superior de Finanças julgou este crédito nos termos de ser decretado.

O Presidente do Ministério e os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 27 de Janeiro de 1921.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — *Liberato Damião Ribeiro Pinto — Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso — Francisco Pinto da Cunha Leal — Alvaro Xavier de Castro — Júlio do Patrocínio Martins — Domingos Leite Pereira — António Joaquim Ferreira da Fonseca — António de Paiva Gomes — Augusto Pereira Nobre — José Domingues dos Santos — João Gonçalves.*

Guias

N.º 20	1.347\$49
N.º 32	11.005\$10
N.º 41	23.044\$80
N.º 49	14.441\$71
N.º 50	5.399\$40
N.º 52	25.000\$00
N.º 64	25.000\$00

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

De ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Legação de França, de 22 do corrente, a Finlândia aderiu à Convenção Internacional relativa à